



CLOSE

POLÍTICA

CIDADES

COTIDIANO

VARIEDADES

EVENTOS

DELAS

ESPECIAL



Página inicial / Destaques / Em maratona de entrevistas, conselheiro Waldir Neves explica TAG do transporte público



Pesquisar

PESQUISAR

DESTAQUES

Em maratona de entrevistas, conselheiro Waldir Neves explica TAG do transporte público

por Redação
2022

atualizado em 22 de novembro de

Deixe um comentário

Neste início de semana, o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS), Waldir Neves, relator do processo referente ao Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) do Consórcio Guaicurus, participou de uma maratona de entrevistas exibidas em programas locais da região.

Nos programas, Waldir Neves explicou, de maneira clara e objetiva, sobre o que faz o conselheiro do TCE e quais as competências do Tribunal de Contas para com a população. Esclareceu também, principalmente, a respeito da finalidade e a importância do TAG para a melhoria nos serviços do transporte público de Campo Grande.



Últimas Notícias

Em maratona de entrevistas, conselheiro Waldir Neves explica TAG do transporte público

Erasmu Carlos: morre aos 81 anos o ícone da Jovem Guarda e um dos pais do rock no Brasil

TCE-MS participa de reunião do Comitê para efetividade na Educação

Ordem do Dia: Estatuto Estadual da Microempresa é aprovado em 1ª

Reinaldo e Fátima Azambuja lançam 7ª campanha de doação; 74 mil brinquedos foram distribuídos desde 2015

Na segunda-feira, 21 de novembro, Waldir Neves foi o convidado do Programa O Povo Na TV, com o apresentador Tatá Marques. E, na manhã desta terça-feira, 22 de novembro, ele foi entrevistado no Programa Tribuna Livre, transmitido pela Capital FM 95, e apresentado por Marcos Farias, Carmen Cestari e Ben-Hur Ferreira.

Nas entrevistas, o conselheiro-relator explicou que por meio de estudos realizados pela equipe técnica do TCE-MS, foram detectados 18 pontos que estavam em desacordo com o contrato assinado entre a concessionária e a Prefeitura da Capital.

“Desses 18 pontos, 9 deles foram cumpridos pela concessionária. Ao longo dos anos, o transporte público vem enfrentando diversos problemas, e hoje, apresenta um serviço falho, lento, e com veículos ultrapassados”.

Waldir Neves lembrou que o transporte público é uma obrigação constitucional e que cabe, ao município, oferecer à população com qualidade. Ele ressaltou, que as gratuidades no passe de ônibus, concedidas a determinados grupos da sociedade, oneram a tabela de custos

Mensagem da primeira da...



para a empresa. Para ele, não é justo a empresa arcar sozinha com esses custos, concedidos pela administração pública.

“Por isso o problema maior do contrato, foi identificado na Cláusula 5ª, que trata do realinhamento da tabela de preços dos passes. Como melhorar a frota se o que é arrecadado com os passes pagos, não cobrem as despesas?”, pontuou Waldir Neves.

O conselheiro falou que atendendo a um pedido da Concessionária Guaicurus, reuniu no no último dia 8 de novembro no TCE-MS, os representantes dos órgãos envolvidos no TAG, ficando acordado que no dia 21 de novembro, segunda-feira, a AGEREG e o Consórcio Guaicurus estariam se reunindo para apresentar uma planilha viável para encontrar uma solução.



“O Governo Federal enviou para Campo Grande R \$14 milhões de reais para ajudar a tirar o transporte

público de Campo Grande dessa situação caótica, que ainda está sob poder da Prefeitura de Campo Grande por questões burocráticas”, explicou Neves.

“O Tribunal de Contas poderia simplesmente cumprir com seu papel de fiscalização e aplicar multas, no entanto, entendemos que temos que ter responsabilidade, porque várias coisas boas foram feitas. Nós temos aqui quase 4.500 pontos de ônibus que eram uma vergonha, e que desde a implantação do TAG, quase 500 pontos destes já foram cobertos e colocados assentos. Melhoraram os terminais e colocaram mais seguranças também”, esclareceu o conselheiro.

Na oportunidade, Waldir Neves ainda explicou que a Prefeitura está estudando meios com a Concessionária, para resolver o problema sem onerar a tarifa do passe, para não repassar à população. “O governo do Estado já assumiu a sua parte sobre as gratuidades que forem de sua responsabilidade e estará dando uma contrapartida. O Governo Federal já enviou a sua parte, agora a Prefeitura de Campo Grande está estudando com o Consórcio para ajudar também”, concluiu.